

**Resposta ao artigo: UMA CRÍTICA AO CONCEITO DE ABISMO
GNOSEOLÓGICO NA TEORIA RETÓRICA DE JOÃO MAURÍCIO
ADEODATO (de TORQUATO DA SILVA CASTRO JR., VICTOR
LACERDA e JOÃO AMADEUS ALVES DOS SANTOS)¹**



Direito de Resposta
Recebimento em 07/01/2019
Aceito em 07/01/2019

João Maurício Adeodato²

Colocarei de início três pressupostos, para depois, reproduzindo literalmente trechos do artigo dos três autores, tentar mostrar suas incoerências e mal-entendidos em relação à minha filosofia do direito. Procurei utilizar aspas para ressaltar os trechos do texto deles.

1. Em primeiro lugar, quando descrevem a parte mais genérica de meu pensamento há vários acertos; quero louvar e fico lisonjeado com o trabalho que tiveram, apesar das falhas que esta resposta vai expor. Sei que a retórica realista não é fácil de compreender e que vai de encontro aos relatos mais arraigados, como aqueles do senso comum, das certezas científicas e das convicções éticas, em uma palavra, das ontologias de que os autores também são vítimas.

2. Afirmam na p. 164:

“O argumento que se segue terá como fio condutor a segunda filosofia da linguagem de Wittgenstein, principalmente tomando-se como base as Investigações Filosóficas (IF) e o Sobre a Certeza (SC), mas também alguns da fase intermediária dos anos 30: Observações Filosóficas (OF), Gramática Filosófica (GF) e os Livros Azul e Marrom (AM). Onde for necessário, utilizaremos também o Tractatus Logico-Philosophicus (TLP) a título de comparação.”

¹CASTRO JR., Torquato da Silva; LACERDA, Victor; DOS SANTOS, João Amadeus Alves. Uma crítica ao conceito de abismo gnoseológico na teoria retórica de João Maurício Adeodato. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, v. 90, n. 2, p. 155-176, jul. - dez. 2018. ISSN 2448-2307.

Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/238354>>

² Professor da Faculdade de Direito de Vitória e da Faculdade Damas, Ex-Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife, Livre-Docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Pesquisador 1-A do CNPq. Currículo completo em: <http://lattes.cnpq.br/8269423647045727>.



Note-se que apresentam expressamente como base da crítica a muito difícil obra de Ludwig Wittgenstein, praticamente todos os seus escritos. Como segundo pressuposto, embora isso não atinja meus interesses de pesquisa, quero dizer que é difícil crer que os autores, dois mestrandos incluídos, tenham estudado essas obras, o que seria um trabalho para muitos anos mais. A leitura do texto tampouco demonstra esse nível de estudo. Sei que a vontade de criticar leva a um igualar-se ao autor e é muito desejável na discussão das ideias. Mas leitura demanda muito tempo.

3. Finalmente, embora refiram também meu livro *Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo* (São Paulo: Noeses, 2ª edição 2014), baseiam-se sobretudo em um dos capítulos de meu *Ética e retórica* e em minhas preleções de sala de aula. Ora, esse meu texto se refere ao **problema** do conhecimento e não às respostas que desenvolvi anos depois, que é reduzir tudo à linguagem, ou melhor, ao uso da linguagem (pragmática), que se revela no relato dominante sobre o mundo.

Passo então aos argumentos.

“Defende-se neste artigo haver uma premissa oculta no argumento de Adeodato: a de que a linguagem serve, essencialmente, para fazer representações.”

“Recusamos, de início, a concepção de linguagem como representação e adotamos a perspectiva de significado como uso (IF, 43). Nos parágrafos seguintes expõe-se o porquê dessa opção e como ela parece, inclusive, ser mais adequada como base a uma teoria retórica do direito.”

Ora, essa dedução de que eu entenderia a linguagem “essencialmente” (palavra que nada tem a ver com meu pensamento) ou exclusivamente como representação é equivocada e sem qualquer fundamento. Mais ainda, o texto dos autores nada apresenta como fundamento para esse (des)entendimento, afirma e tenta construir uma argumentação contra esse postulado, o qual me é estranho. Mais ainda, os autores declaram adotar a perspectiva de “significado como uso”. Porém é justamente nisso que o meu conceito de retórica material mais insiste: o “significado como uso”, ou como uso dominante, é exatamente o mesmo que o relato vencedor.

“Nesta seção, apontamos que conceber a linguagem meramente como um sistema de representação priva-lhe de seus aspectos mais complexos e interessantes, e que o trinômio evento-ideia-expressão pode no máximo prover uma imagem sedutora



do que entendemos como o processo de ‘nomear’ e, talvez, de como tratamos o jogo de linguagem a que pertencem as proposições, mas nunca da totalidade da linguagem e suas diversas funções.”

Nota-se aqui, como em outros trechos, o habitual preconceito ontológico, como se houvesse uma “totalidade da linguagem e suas diversas funções”, para além do “processo de nomear”. Embora não esclareçam o que querem dizer com esse processo, vários trechos de meu trabalho (inclusive a epígrafe de Friedrich Nietzsche em meu *Ética e retórica*)³ mostram que não se pode ir muito além disso. Como não explicam quais são esses “aspectos mais complexos e interessantes”, repito, não se pode dizer o que entendem para “além do processo de nomear”.

Fazem novamente a afirmação, sem embasamento e recorrente no texto dos autores: nada pode haver de mais pragmático do que uma filosofia que afirma que a realidade é constituída pela linguagem, apenas uma maneira mais original, e fundada numa antropologia filosófica mais fecunda, de expor uma “perspectiva de significado como uso”.

“Deste modo, vimos que aquilo que Adeodato explica com seu abismo é o jogo de linguagem de nomear e classificar eventos.”

A fazer parecer que privilegio o evento, esta frase está simplesmente errada: a retórica realista **recusa os eventos** em sua **resposta** ao problema do conhecimento. Sobre “nomear” já falei acima.

“Talvez o que seja mais surpreendente na trindade gnoseológica de Adeodato é a admissão, mais ou menos implícita, de que se pode significar em isolamento:”

Aí referem (ADEODATO, 2011, p. 135), trecho que fala em “razão humana” genérica e nada diz sobre isolamento, muito pelo contrário. Mais errado ainda. Impressionou-me aqui que a própria transcrição que fazem de um trecho de um escrito meu **em nada apoia** o que os autores acabaram de afirmar para subsidiarem suas conclusões(?). Eis meu trecho que transcrevem:

³Das Herrenrecht, Namen zu geben, geht so weit, dass man sich erlauben sollte, den Ursprung der Sprache selbst als Machtäusserung der Herrschenden zu fassen: sie sagen: „das ist das und das“, sie siegeln jegliches Ding und Geschehen mit einem Laute ab und nehmen es dadurch gleichsam in Besitz. Traduzindo: O Direito senhorial de atribuir nomes vai tão longe que dever-se-ia permitir conceber a origem da própria linguagem como expressão de poder dos dominadores: eles dizem “isso é isso e isso”, eles selam qualquer coisa e acontecimento com um sinal fonético e, através disso, tomam posse dele. Nietzsche, Friedrich Wilhelm: **Zur Genealogie der Moral** (Kritischen Studienausg abe (KSA) herausgegeben von Giorgio Colli und Mazzino Montinari). Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1988, Band 5, p. 260.

“A condição humana, porém, faz com que esses eventos só possam ser compreendidos pela razão humana em termos genéricos, sem correspondência precisa com os eventos. Para isso, seleciona frações do evento em detrimento de outros atributos que são ignorados ou sequer percebidos. Ao conjunto dessas frações intuitivamente, instintivamente selecionadas, corresponde uma ideia, uma unidade de razão. A essa ideia o ser humano atribui um nome ou conjunto de nomes e a corporifica em um condutor físico (significante), criando a comunicação.” (ADEODATO, 2011,p. 135)

Mas poderiam ter lido o seguinte outro trecho meu, desta vez em negrito para facilitar o entendimento:

Note-se que tampouco se trata de uma redução do objeto ao sujeito, mas sim à linguagem, **que o sujeito não domina, pois mesmo seu pensamento individual é constituído no controle público da linguagem.** Uma sucessão de eventos torna-se um fato histórico por conta do relato vencedor dentre os participantes do discurso. É como uma batalha ou uma eleição: para que haja um resultado é preciso que **os participantes** (e aqui incluídos candidatos, observadores, guerreiros, votantes, todos os que se manifestem no discurso) entrem em um acordo quanto ao que lhes parece ter “realmente” ocorrido.

Supera-se desse modo aqui tanto o subjetivismo neokantiano ou cartesiano quanto o objetivismo escolástico, jusnaturalista ou científico, pois, ao analisar a questão de que maneira os eventos são transformados em fatos, a análise retórica e metódica ao mesmo tempo ajuda a esclarecer seu próprio conceito de realidade. (*Uma teoria retórica...*p. 162-163).

Ora, mas isso é exatamente o oposto de afirmar que o mais “...surpreendente na trindade gnoseológica de Adeodato é a admissão, mais ou menos implícita, de que se pode significar em isolamento...”

Sem contar minha expressão “constituição conjunta de informação” (*Uma teoria retórica...*, p. 154). Ou:

A retórica realista aqui defendida considera tanto racionalismo subjetivista quanto empirismo objetivista como posições ontológicas e, assim como Kant, tenta



escapar da dicotomia, ainda que por outro caminho. (*Uma teoria retórica...*, p. 165).

Toda linguagem constitui seu “objeto”. É assim que a filosofia retórica abandona a dicotomia sujeito – objeto. Há um sentido interno próprio da linguagem, que não é subjetiva, pois há o controle público, mas esse controle tem conteúdos inteiramente relativos. **A retórica é cética, mas não é subjetivista, não defende um solipsismo de sentidos.** (*Uma teoria retórica...*, p. 367).

Ora, escrever que isso é admitir, “de forma mais ou menos implícita” (?) que “se pode significar em isolamento” é simplesmente absurdo.

E continuam:

“Dentro desta perspectiva, é natural que o texto normativo apareça como um significante e provoque a necessidade de interpretação (ADEODATO, 2011, p. 137). O texto seria o portador, carregaria consigo o significado como a pérola em uma concha, a ser decodificado por outro destinatário; visão negada por Wittgenstein (CASTRO Jr., 2011, p. 1081). A trindade gnoseológica tenta combater os diversos ontologismos, contudo opera dentro de suas amarras metodológicas.”

Apesar da forma confusa na citação, o que Torquato Castro afirma no trecho referido nada tem a ver com meu pensamento, mas apenas corrobora o truísmo de que Wittgenstein nega a possibilidade de o texto ser portador de significados definidos, exatamente como eu. Ora, para negar que eu defendo a possibilidade de o texto carregar significados “como a pérola em uma concha”, dentro das “amarras metodológicas” dos “diversos ontologismos”, citando Torquato Castro Jr., basta ler o seguinte trecho:

... a obrigatoriedade de dizer o que o texto da norma significa efetivamente, pois **ele não é “portador” da norma**, mas sim um meio para interpretações diversas e concorrentes entre si (aí cito o colega Friedrich Müller). (*Ética e retórica*, p. 246).Ou:

Os sinais indicativos, defendidos por ontologistas como os estoicos, adversários dos céticos, aparecem na experiência e revelam a essência das coisas que se



escondem por trás deles, mediante uma semelhança básica entre signo e objeto, ou isomorfismo... um ícone de uma realidade interior, meros meios portadores do verdadeiro ser... **não há critério objetivo nos sinais indicativos e a filosofia pouco tem a fazer com eles.** (*Ética e retórica*, p. 426).

Quero acrescentar que, talvez por limitações minhas, achei os esquemas criados pelos três autores intrincados e sinuosos, mais prejudicam do que ajudam no entendimento de meu pensamento. O mesmo digo do longo exemplo sobre os dois pescadores. Por isso não os comentarei.

Lê-se mais à frente:

“A insistência de Adeodato em separar um substrato fático e um substrato geral no significativo é uma decorrência das restrições metafísicas do trinômio gnoseológico. Apesar de não utilizar esse conceito diretamente, depreende-se que o que anima o signo morto é a intencionalidade da consciência humana, o fato de ele exprimir uma ideia. Isto fica bastante claro quando Adeodato afirma que “o significativo cristaliza significados, é como que um portador deles, provoca a necessidade de interpretação do signo”. (ADEODATO, 2011, p. 137).”

Mais uma vez “depreendem” o que veem “implicitamente”. Embora em nenhum trecho expliquem o que entendem por “restrições metafísicas”, as palavras acima demonstram claramente que não compreenderam a difícil distinção entre indicadores e predicadores linguísticos, nem a posição da retórica realista, que aceita apenas predicadores. E “intencionalidade da consciência” é conceito totalmente estranho em meu trabalho: as poucas referências que fiz a Edmund Husserl nada têm a ver com o presente contexto, visavam apenas mostrar as bases filosóficas da ontologia de Nicolai Hartmann. Mesmo assim, sempre crítico o conceito, inclusive em meus escritos atuais. No meu pensamento, o texto é uma mera **tentativa** de “portar” significados na arena estratégica dos discursos, portabilidade na qual o senso comum e os autores aqui parecem acreditar, mas que a retórica realista recusa categoricamente.

Agora vem o mais curioso.

“Para piorar a situação, dentro do esquema dos três objetos fundamentais do conhecimento, a noção de ideia acaba por indicar um regresso ao infinito já que a



percepção da ideia é ela também um evento.”

E logo depois, no **mesmo** parágrafo!:

“Como seria sequer possível sequer (sic) falar em representação de uma entidade tão instável?”

Ora, claro. **Não se pode falar de representação**. Os autores, que enxergaram isso, que tragam seus motivos...

“Mesmo que se afirme que os eventos só podem ser manipulados após um processo de abstração via faculdade da razão e por meio da linguagem, Adeodato afirma que há ao menos um objeto exterior ao sujeito cognoscente e às ideias.”

O período acima é autocontraditório, nem precisaria de uma resposta. Mas claro que essa abstração significa exatamente que “não há um objeto exterior ao sujeito cognoscente e às ideias...”. Além de verem *adela*, “coisas implícitas”, de “depreenderem” e da expressão “mesmo que”, a crítica não apresenta qualquer solidez.

“... defendemos que (o) rompimento deveria ser mais efetivo em relação à tradição.”

Ora, a sede dos autores em “romper com a tradição”, numa postura de aparentes discípulos de Wittgenstein, é outra atitude que nada tem a ver com minha filosofia: não existe nada mais “dentro” da tradição ocidental do que a retórica clássica, sobretudo a sofisticada, à qual minha retórica realista se filia, naturalmente com os acréscimos que a ratificam e foram trazidos por autores posteriores como os nominalistas, Nietzsche, Gehlen, Hartmann, Dewey, Luhmann e outros.

Finalmente, devo dizer que minha filosofia nada tem a ver com a de Wittgenstein, à qual nunca me dediquei. Seu cientificismo e seu colocar-se “fora” da história da filosofia não podem combinar com uma visão de mundo que não acredita na verdade da ciência e que reduz a filosofia às perguntas e respostas dadas pela história da filosofia. Utilizar Wittgenstein para criticar a retórica realista é uma confusão de marcos teóricos tal que não pode dar certo.

